

**SINPACEL-RS**

**SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE CELULOSE,
PAPEL, PAPELÃO, ARTEFATOS E CORTIÇA DE GUAÍBA E REGIÃO RS**

FUNDADO EM 27/11/1951 | FILIADO À CUT E CNQ

www.sinpacel-rs.com.br | facebook.com/SinpacelRS

Fim da Farmácia Popular prejudica 32 milhões de pessoas



Em 2004, ainda no seu primeiro mandato, o ex-presidente Lula decidiu criar o programa Farmácia Popular, dentro da Política Nacional de Assistência Farmacêutica, com o objetivo de atender a população carente. Em seu auge, o programa chegou a atender 32 milhões de pessoas ao ano.

Hoje, o programa Farmácia Popular vem sendo sucateado e seu fim já está

próximo. Foi no governo de Michel Temer que o programa começou o seu declínio. No governo Bolsonaro não existem sinalizações de que o programa será recuperado.

O Farmácia Popular já deixou de atender cerca de 7 milhões de pessoas nos últimos dois anos. Em 2017, foram fechadas 400 farmácias públicas administradas pelo governo federal, em

cidades e bairros de baixa renda, além da queda na distribuição dos medicamentos pelas farmácias privadas conveniadas. No ano passado, o número de pessoas beneficiadas caiu para 21,6 milhões ante 28,8 milhões de 2016.

Neste ano, o Programa tem o menor orçamento desde 2013 (R\$ 2,6 bilhões), e teve gastos reduzidos em 27% em quatro anos. Além disso, está sem coordenador desde setembro de 2018.

As ações contra o Farmácia Popular atacam diretamente os trabalhadores de baixa renda e ainda mais os aposentados que, em função da idade e do alto custo com medicamentos, são uma parcela importante da população beneficiada.

O SINPACEL alerta os trabalhadores e aposentados com relação ao fim do programa e destaca que essa é mais uma ação que integra o pacote de maldades dos governos Temer e Bolsonaro contra aqueles que mais precisam no nosso país.

Fonte: www.cut.org.br

Combustíveis vão continuar subindo



Petrobrás anunciou no mês abril a venda da metade de suas refinarias para o segundo semestre desse ano. Serão 13 refinarias vendidas, comprometendo a refinação de 1,1 milhões de barris de petróleo por dia. Em um ano o Brasil deixará de arrecadar aproximadamente US\$ 28 bilhões com a venda desses ativos.

Embora o governo Bolsonaro diga o contrário, a coordenação da FUP alerta que teremos a permanência das altas de preços dos combustíveis, conservando a

mesma política desde 2016. Em 2018 a inflação acumulou cerca de 4,0%, sendo que os combustíveis subiram cerca de 15%.

Mesmo a Petrobrás tendo o custo de refino entre os mais baixos do mundo, se estabeleceu e vigora até hoje os preços dos derivados de petróleo de acordo com o mercado internacional. A importação foi estimulada e a produção da estatal caiu, mesmo a companhia tendo a capacidade de atender toda a demanda nacional.

Não há justificativa técnica e econômica para vender as refinarias. A justificativa é política, estão viabilizando a retirada da Petrobrás da área de refino para favorecer as importadoras. O resultado será a diminuição da estatal e sua capacidade de dinamizar a economia brasileira. Perde a Nação brasileira.

Fonte: *Brasil de Fato*

QUIROPRAXIA

TERAPIA CORPORAL DE IMEDIATA RESPOSTA À:

- POTENCIALIZAÇÃO DE TREINOS FÍSICOS.
- ALÍVIO IMEDIATO DE DORES NA COLUMNA.
- TRATAMENTO DE PROBLEMAS EM ANATOMIA POSTURAL.
- HÉRNIA DE DISCO, LOMBALGIA, ISQUIÁTICO E SÍNDROME DO PIRIFORME.
- HIPERCIFOSE, HIPERLORDOSE, ESCOLIOSE ENTRE OUTROS.
- FASCITE PLANTAR, ESPORÃO CALCÂNEO, DIFICULDADES MOTORAS.
- ENTRE OUTROS.

AJUSTES DE COLUMNA

KINESIO TAPING

PARCERIA FIRMADA.
CONVÊNIO COM:

SINPACEL
Filiado à CUT e CNQ

AGENCIE: 51 99647-8458

DESCONTO 25% NAS CONSULTAS

Reforma de Bolsonaro acaba com aposentadoria especial de trabalho insalubre

Trabalhadores expostos a agentes nocivos terão de trabalhar mais tempo em locais insalubres, que podem prejudicar a saúde, caso a Reforma da Previdência não seja barrada nas ruas, nas redes e, principalmente, no Congresso Nacional.

A proposta de Reformado governo Bolsonaro praticamente acaba com o direito à aposentadoria especial de trabalhadores e trabalhadoras que exercem por um longo período funções em condições insalubres e prejudiciais à saúde, como é o caso de motoristas, metalúrgicos, portuários e profissionais da saúde, entre outras categorias. Se a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 006/2019 for aprovada no Congresso Nacional, o trabalhador será obrigado a ficar mais tempo trabalhando em condições de periculosidade, que podem afetar a sua saúde.

De acordo com o texto da PEC de Bolsonaro e do seu ministro da Economia, o banqueiro Paulo Guedes, esses trabalhadores só poderão requerer a aposentadoria se cumprirem a nova regra de idade mínima obrigatória. E mesmo trabalhando muitos anos a mais terão o valor do benefício drasticamente reduzido. Vale destacar que a aposentadoria especial foi baseada em estudos que classificaram o período que um



trabalhador pode ficar exposto a cada agente nocivo sem que isso cause danos irreparáveis à saúde.

Pelas regras atuais, o trabalhador que comprovar exposição a agentes nocivos à saúde, como calor ou ruído, de forma contínua e ininterrupta, tem direito de se aposentar com 15, 20 ou 25 anos de contribuição, dependendo do enquadramento de periculosidade da profissão. Ou seja, um trabalhador que começa a trabalhar em condições insalubres aos 20 anos tem direito de se aposentar aos 45 anos, após comprovar ter contribuído com o INSS e trabalhado por 25 anos (tempo depende da profissão) exposto a insalubridade no local de trabalho.

Nesses casos, o trabalhador tem direito ao benefício integral (100%) – o cálculo do valor do benefício leva em consideração a média das 80% maiores

contribuições feitas ao longo da vida (exclui as 20% menores).

A reforma da Previdência de Bolsonaro prevê que o trabalhador, além do tempo mínimo de contribuição, terá de cumprir a exigência de idade mínima:

- 55 anos de idade para atividade especial de 15 anos de contribuição
- 58 anos de idade para atividade especial de 20 anos de contribuição
- 60 anos de idade para atividade especial de 25 anos de contribuição

A PEC prevê que a idade mínima aumentará em 2024 e, depois, subirá novamente a cada quatro anos, sempre que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) confirmar aumento da expectativa de vida dos brasileiros.

Além disso, o trabalhador receberá apenas 60% da média aritmética de todas as contribuições, incluindo as 20% menores feitas ao longo da vida laboral, com o acréscimo de 2% por cada ano que exceder 20 anos de contribuição na atividade especial – no caso da atividade que exige 15 anos será calculado 2% a mais a partir dos 15 anos.

Em resumo, o trabalhador só perde, pois a Reforma exige mais tempo laboral e pagará, ao final do período, um salário menor do que o que seria pago hoje, sem as mudanças.

A reforma mais do que necessária: a Reforma Tributária



Antes de mais nada, o Brasil precisa de um debate aberto, no qual todos sejam ouvidos, mas para isso é necessário enfrentar o pensamento único da mídia que ouve somente “especialistas” que indicam sempre uma única solução: o corte de gastos públicos como forma de aumentar a confiança dos investidores. Tal receita não vem dando resultados

positivos em qualquer parte do mundo, e, no Brasil não é diferente.

O governo corta, reduz a demanda, a economia esfria, desaba a arrecadação de impostos. Por conta disso, exige mais cortes para fechar as contas, num ciclo que beira o suicídio coletivo.

ALTERNATIVA - Quando os investimentos privados se retraem, bem como o

consumo das famílias, é hora do Estado gastar para fazer a roda da economia girar, em vez de reforçar o ciclo recessivo. A ABED (Associação dos Economistas pela Democracia) pretende apresentar em breve uma proposta de Reforma Tributária na contramão do que pensa o governo Bolsonaro, para isso, a tentativa é de antecipar a discussão, fugindo do cunho neoliberal que prejudica os pobres e favorece os ricos.

Para isso, é necessário cavar espaço na grande mídia e realizar debates regionais, envolvendo a população na discussão de alternativas para o bem-estar geral, pois a exemplo dos países desenvolvidos, o Brasil não poderá fugir de taxar os mais ricos, tributar helicópteros, iates e ganhos sobre lucros e dividendos, dentre outras questões que a sociedade deve se dispor a debater.

Fonte: Rede Brasil Atual (RBA)

Assinaturas contra a Reforma da Previdência

As centrais sindicais estão empenhadas em informar e esclarecer a população sobre o quanto é prejudicial o projeto apresentado pelo governo Bolsonaro, que propõe a Reforma da Previdência Social.

O texto da reforma dificulta o acesso às aposentadorias, aumenta a idade mínima para homens e mulheres gozarem do benefício, altera o cálculo diminuindo os valores dos benefícios e, ainda, para os atuais aposentados, desvincula o reajuste da aposentadoria ao reajuste do salário mínimo. A reforma propõe inclusive abrir as portas para a previdência privada, deixando o trabalhador sem a contrapartida dos empresários e sem os aportes do governo através dos impostos.

Essas informações não são apresentadas pelo governo, tampouco pela mídia, que faz questão de não falar sobre o assunto. Por isso, as centrais e demais entidades sindicais e movimentos sociais estão realizando um trabalho de conscientização da população sobre a reforma, antes que seja tarde, e colhendo assinaturas contra o texto, que serão entregues ao presidente da Câmara Federal, Rodrigo Maia, mostrando que a população não quer a reforma.

O SINPACEL, como sindicato cidadão, também está engajado nessa luta, coletando assinaturas dentro das empresas de sua base e junto à sociedade gaibense. Como aquele ditado gaúcho: Não tá morto quem peleia. Junte-se a nós nesta luta!



Aniversário de 100 anos - Alcides Rosa

O SINPACEL, junto com familiares e amigos de Alcides Rosa, promoveu festa surpresa em homenagem ao centenário do seu sócio fundador, comemorado no dia 1º de abril. Seu Alcides, como é conhecido, trabalhou na Celupa e foi o primeiro presidente do Sindicato dos Trabalhadores, em 1951.

Para o jornal Nova Folha, que fez a cobertura do evento, Seu Alcides confessou: "Foi uma grande surpresa, me pegaram de novo, pois fui avisado que daria uma entrevista para a jornalista do sindicato. Chegando aqui encontrei amigos e familiares", destacou.

Seu Alcides, que hoje é presidente de honra da entidade,

ainda lembrou a fundação do SINPACEL. "A criação do sindicato foi uma das coisas mais importantes da minha vida. Seis trabalhadores, indignados com os baixos salários pagos numa fábrica de papel tiveram a ideia de criar uma entidade que os unisse na luta por seus direitos", afirmou.

O primeiro presidente do SINPACEL recebeu das mãos do atual presidente, João Caldas, um diploma de Honra ao Mérito com felicitações pelos seus 100 anos de vida, destacando sua contribuição histórica na luta dos trabalhadores. Estavam presentes na festa filhos, netos, bisnetos, tataranetos, amigos e dois irmãos do centenário – Eva, com 98 anos, e Noé, com 89.



Com os filhos, comemorando o seu centenário

SÓCIO

Você e sua família junto com a gente

COMUNITÁRIO

É TRABALHADOR OU APOSENTADO?

POR R\$ 46 MENSAIS:
(ATÉ 3 DEPENDENTES)
ATENDIMENTO MÉDICO
ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO
CONVÊNIOS COM MÉDICOS ESPECIALISTAS
COLÔNIA DE FÉRIAS EM SC
ASSOCIE-SE!

ENTRE EM CONTATO:
51 3480-2900
contato@sinpacel-rs.com.br
facebook.com/Sinpacel-RS
www.sinpacel-rs.com.br

SINPACEL-RS

Confira relatório de processos da Celupa

NÚMERO DO PROCESSO	TIPO	SETOR	INSTÂNCIA
00336-2007-221-04-00-2	Tolerância Horas Extras	Fábrica	TST

SITUAÇÃO

Últimos andamentos na Vara:

28/03/2019 VARA PETIÇÃO PROTOCOLADA
Tipo: 630 PRAZO - requerimento
Parte: Perito

22/02/2019 VARA DECISÃO / DESPACHO
Despacho: Defiro o prazo requerido pelo perito independentemente de intimação. Aguarde-se. BRUNO FEIJÓ SIEGMANN Juiz do Trabalho Substituto

14/02/2019 VARA PETIÇÃO PROTOCOLADA
Tipo: 630 PRAZO - requerimento
Parte: Perito

Observações: O Perito do juízo requereu mais prazo para apresentar os cálculos e o juiz deferiu.

NÚMERO DO PROCESSO	TIPO	SETOR	INSTÂNCIA
0020326-73.2014.5.04.0221	Ação de Cumprimento 5 minutos	Rol de substituídos	TRT-4

SITUAÇÃO

Últimos andamentos no TST:

11/12/2017 Conclusos para voto/decisão (Gabinete do Ministro Breno Medeiros)

05/12/2017 Redistribuído por sucessão ao Exmº Ministro BM - T5 - art. 94-B do RITST.

Observações: A Celupa apresentou Recurso de Revista. Aguardando o julgamento em Brasília.

NÚMERO DO PROCESSO	TIPO	SETOR	INSTÂNCIA
0020031-65.2016.5.04.0221	Prorrogação – Adicional noturno		TRT-4

SITUAÇÃO

07/05/2018 16:40:17 Acórdão (paradigma) | Sentença (paradigma)
07/05/2018 16:40:16 Comprovante de Depósito Recursal | Comprovante de Depósito Recursal
07/05/2018 16:40:16 Juntada a petição de Recurso de Revista
07/05/2018 16:40:16 Recurso de Revista | Recurso de Revista
24/04/2018 13:05:59 Publicação DEJT | Certidão

Observações: A Celupa apresentou Recurso de Revista, porém ainda está aguardando o juízo de admissibilidade do Tribunal Regional da 4ª Região.

NÚMERO DO PROCESSO	TIPO	SETOR	INSTÂNCIA
0020029-95.2016.5.04.0221	Intervalos		TRT-4

SITUAÇÃO

Processo está aguardando audiência de instrução – dia 10/05/2019 às 9h.

Observações: Havia sido julgado extinto o processo, sem resolução do mérito, eis que a Juíza entendeu pela ilegitimidade do Sindicato em razão do pedido, aduziu tratar-se de direito heterogêneo. Porém, através de Recurso do Sindicato, o TRT reverteu a decisão e determinou o retorno do processo para instrução.

NÚMERO DO PROCESSO	TIPO	SETOR	Varado Trabalho de Guaíba
0021361-63.2017.5.04.0221	Adicional Noturno		

SITUAÇÃO

Processo está aguardando julgamento dos embargos de declaração da Celupa.

Observações: A Celupa apresentou embargos de declaração sobre o acórdão do TRT4, está aguardando julgamento.

Eleição da CIPA na Guaíba Química – Ambientaly

No dia 30 de abril, o SINPACEL participou da eleição da CIPA na Guaíba Química, em um processo eleitoral que contou com a participação de 59 votantes. Foram eleitos os trabalhadores: Alesandro, Aline, Celedo e Luís.

Na foto, à esquerda, o secretário geral do SINPACEL, Solismar Silveira, junto com a comissão eleitoral da empresa.



EXPEDIENTE UNIÃO SINDICAL

Publicação do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Celulose, Papel, Papelão, Artefatos e Cortiça de Guaíba e Região/RS.

Tiragem: 2.300 impressos
CNPJ 90.830.183/0001-65
Rua Bento Gonçalves, 304, Centro – Guaíba/RS
RESPONSÁVEIS: João Caldas, presidente do SINPACEL; Cesar Augusto Peteffi, diretor de divulgação e cultura

DIAGRAMAÇÃO: Ciao! Comunicação

CONTATO: 51 3480-2900 | 51 3480-2973
sinpacel-rs.com.br | facebook.com/SinpacelRS

FILIADO À

